

Lições da Greve

(Editorial do jornal CORREIO BRASILIENSE, de 06/06/94)

Com encerramento previsto para hoje, a greve dos servidores públicos deixou algumas lições, a serem apreendidas por todos quantos devam lidar com este tipo de problema, a saber, a alta administração no País. No episódio, carregado de enormes prejuízos infligidos à Nação, vários erros foram evidenciados nas atitudes das partes em questão, governo e funcionários. Do exame dos comportamentos conflitantes pode-se, amainadas as paixões, tentar obter roteiros confiáveis para o futuro.

A primeira lamentável conclusão é a de que as autoridades governamentais não têm em boa conta os servidores públicos. Consideram-nos uma massa amorfa e, em certo sentido, desclassificada. Confundem dedicados trabalhadores, titulares de seus empregos por força do mérito, com parasitas do Estado, uma espécie de casta nociva, em vias de extinção. Os tais "marajás", que um certo presidente da República erigiu em alvo, durante campanha eleitoral, são atualmente uma minoria, a caminho do desaparecimento. O núcleo real dos cidadãos servidores públicos trabalha muito, percebe magros vencimentos, olha com ceticismo o porvir e não alina como, um dia, poderá recuperar o prestígio que seus antecessores houveram, há algumas décadas.

O funcionário público, por culpa de seus próprios colegas mais graduados, é mais caricaturado como personagem do escritor Lima Barreto do que assinalado como aquele trabalhador modelar a ser construído, por exemplo, com as teses e ensinamentos da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) ou com os modelos da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp), da Fundação Getúlio Vargas. Se os atuais dirigentes da Secretaria de Administração da Presidência da República tivessem se voltado ao zelo de examinar a formação e a origem dos atuais servidores públicos, logo descobririam que a maioria deles não chegou ao posto por artes de favores eleitorais ou de nepotismo desenfreado. São, na verdade, quadros profissionais selecionados em rigorosos concursos públicos, nos quais a proporção de cem candidatos para uma vaga não chega a ser uma raridade. Há alguns anos, o Brasil tem sido aquinhoado, para o exercício dos misteres oficiais, com o que de melhor existe, disperso em todo o território nacional, em matéria de recursos humanos - gente, nova, muito capacitada, confiante e entusiasmada.

Outra constatação, colhida no episódio da greve, vem do fato de que aquelas mesmas autoridades governamentais, antigos servidores em sua maioria, restringiram o conceito definidor de um funcionário das fileiras do Estado. Esquecem-se de que servidores públicos são, por exemplo, todos os militares e diplomatas brasileiros, a brilhante constelação de professores de todos os níveis de ensino e também o solitário faroleiro em atividade cotidiana nas porções do Brasil banhadas por águas marítimas e fluviais.

A idéia, ou imagem, de que o servidor é unicamente aquele por trás de um balcão procede de mentes estreitas ou comprometidas com credos políticos ignorantes em relação aos ditadores da realidade brasileira. Por curiosa ingerência do destino, a decisão prática do contencioso sobre os servidores públicos vai ser entregue, em fase quase final, a um talentoso funcionário, sabiamente orgulhoso de sua condição, o ministro da Fazenda Rubens Ricupero, diplomata de carreira e professor da Universidade de Brasília.

A verdade inviolável é a de que os servidores brasileiros ganham muito mal. E somente a uma pequena minoria é concedido o privilégio de realizar trabalhos de circunstância ou paralelos, para suplementar reduzidos proventos. Melhor seria, num País ansioso por trilhar as rotas do progresso, que seus servidores se dedicassem exclusivamente à faina do Estado, como felizmente puderam fazê-lo, ao longo de décadas, o ministro Rubens Ricupero e outros membros de primeira linha da equipe presidencial.

Além dos grandes problemas de sobrevivência, sofrem os servidores as conseqüências da estulta noção de que sobre suas agruras do dia-a-dia há de se construir o êxito do denominado Plano Real. Se, para o triunfo do Plano, é necessária uma compressão dos vencimentos dos funcionários, é bem fácil para qualquer vate iniciante prognosticar um resultado catastrófico para as providências econômicas a serem deflagradas, com mais vigor, em 1º de julho vindouro.

Mandado publicar pela ADUFPeI-Seção Sindical - Pelotas, 09 de Junho de 1994.

9/6

